



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC	6036/989/16
Poder	LEGISLATIVO
Município	Itatinga
Entidade	CÂMARA MUNICIPAL DE ITATINGA
Período	12/2017
Relator	Dr. Dimas Eduardo Ramalho
Unidade Fiscalizadora	UR-09 UNIDADE REGIONAL DE SOROCABA
Responsável	NILTON DE JESUS POLIDO
Cargo	PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
CPF	036.948.058-93
Período de Gestão	01/01/2017 a 07/08/2017
Responsável	JOSÉ GERALDO CELESTINO DE OLIVEIRA
Cargo	PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
CPF	083.449.878-22
Período de Gestão	08/08/2017 a 31/12/2018

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

Posição no exercício anterior

Órgão	RP Proces	RP Não Proces
CÂMARA MUNICIPAL DE ITATINGA	R\$ 1.260,00	R\$ 5.000,00

Movimentação no Exercício

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
CÂMARA MUNICIPAL DE ITATINGA	R\$ 7.400,00	R\$ 4.440,15	R\$ 1.819,85

Posição atual

Nome Órgão	RP Proces	RP Não Proces	Red Esperada
CÂMARA MUNICIPAL DE ITATINGA	R\$ 0,00	R\$ 7.400,00	R\$ 3.130,00

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.2 - GF27 - Despesas com Pessoal

Visando a um melhor acompanhamento, demonstramos a seguir as informações apuradas nos três quadrimestres imediatamente anteriores, bem como no quadrimestre ora analisado:

Período	Gastos	RCL	% Gasto	% Permitido Legal
12/2016	R\$ 1.389.290,83	R\$ 66.456.076,01	2,0905%	6,0000%
4/2017	R\$ 1.360.146,08	R\$ 65.531.109,49	2,0756%	6,0000%
8/2017	R\$ 1.223.806,77	R\$ 64.668.365,46	1,8924%	6,0000%
12/2017	R\$ 1.363.798,63	R\$ 59.449.572,83	2,2940%	6,0000%

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, não sendo necessária a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima não ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da Lei supracitada.

2.3 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

Período	Desp. Pessoal	RCL	% Gasto	% Ref.
6/2017	R\$ 1.351.161,76	R\$ 66.908.005,89	2,0194%	2,0194%
7/2017	R\$ 1.243.239,13	R\$ 66.072.896,01	1,8816%	2,0194%
8/2017	R\$ 1.223.806,77	R\$ 64.668.365,46	1,8924%	2,0194%
9/2017	R\$ 1.359.826,54	R\$ 63.891.006,17	2,1284%	2,0194%
10/2017	R\$ 1.360.157,07	R\$ 64.854.118,43	2,0973%	2,0194%
11/2017	R\$ 1.370.657,99	R\$ 63.248.465,24	2,1671%	2,0194%
12/2017	R\$ 1.363.798,63	R\$ 59.449.572,83	2,2940%	2,0194%

A despesa com pessoal no encerramento do mês 12/2017, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 2,2940%, sendo verificado acréscimo em relação ao percentual apurado em 6/2017, devendo, portanto, o Poder em questão ser alertado para fins de observar a vedação contida no parágrafo único dos artigos 21 e 22 da LRF.

Em relação ao período dos 180 dias finais de mandato, verificou-se acréscimo percentual em relação ao apurado no mês de 6/2017, no(s) mês(es) acima indicados, situação que deverá ser confirmada por ocasião da inspeção "in loco", para fins do disposto no art.21, parágrafo único da LRF.

2.4 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Disponibilidade Financeira em 30/04	R\$ 399.567,11
(-) Saldo de Restos a Pagar até 30/04	R\$ 0,00
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até 30/04	R\$ 9.933,06
(-) Anulação de Empenhos Liquidados até 30/04	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 30/04	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 30/04	R\$ 389.634,05
Disponibilidade Financeira em 31/12	R\$ 7.400,00
(-) Saldo de Restos a Pagar EM 31/12	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Empenhos Liquidados até 31/12	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 31/12	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 31/12	R\$ 7.400,00
Percentual de variação entre a Disponibilidade Líquida em 31/12 e 30/04	-98,1008%

O resultado da disponibilidade líquida em 31/12 demonstra que o órgão tem disponibilidade financeira frente às despesas contraídas nos últimos 8 meses finais de mandato do Chefe do Poder, situação que deverá ser confirmada "in loco" para fins de verificação do cumprimento do art.42 da LRF

2.5 - GF52 - Dívida de Curto Prazo

Nomenclatura	Saldo Período Anterior	Movimento do Período		Saldo Para o Período Seguinte
		Inscrição	Baixa	
<u>Restos a Pagar Processados</u>	R\$ 1.260,00	R\$ 0,00	R\$ 1.260,00	R\$ 0,00
<u>Restos a Pagar Não Processados</u>	R\$ 5.000,00	R\$ 7.400,00	R\$ 5.000,00	R\$ 7.400,00
Consignações	R\$ 453,18	R\$ 259.712,52	R\$ 260.165,70	R\$ 0,00
Depósitos	R\$ 0,00	R\$ 24.025,19	R\$ 24.025,19	R\$ 0,00
Outros	R\$ 0,00	R\$ 1.903.254,89	R\$ 1.898.254,89	R\$ 5.000,00
Total	R\$ 6.713,18	R\$ 2.194.392,60	R\$ 2.188.705,78	R\$ 12.400,00

2.6 - GF53 - Limite Constitucional para gasto com Folha de Pagamento

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 43,63%, valor este inferior ao limite estabelecido no §1º do artigo 29A da Constituição Federal de 1988.

Repasse total da Prefeitura	R\$ 2.730.000,00
Despesas com inativos e pensionistas	R\$ 7.144,63
Despesas com folha de pagamento	R\$ 1.195.227,91
Despesa com folha/Transferências realizadas	43,63%
Percentual máximo (Emenda Constitucional nº 25/2000)	70,00%

2.7 - GF54 - Limitação baseada em 5% da Receita do Município

--	--

Receita Tributária Ampliada do Exercício Anterior	R\$ 40.933.411,60
Despesa total com remuneração de Vereadores	R\$ 364.162,98
Limite art.º 29-A da CF/88	5,00%
Apuração do limite	0,89%

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 0,89%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29, inciso VII da Constituição Federal de 1988.

2.8 - GF55 - Limite da Despesa Legislativa

População do Município (*)	19738
Receita Tributária Ampliada exercício anterior	R\$ 40.933.411,60
Percentual Máximo Permitido	7,00%
Valor Permitido para Repasses	R\$ 2.865.338,81
Total de Despesas do exercício	R\$ 1.846.792,73
Percentual Apurado	4,51%

(*) Dados IBGE ano anterior, conforme TC 57/020/14 e TC 396/020/16.

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 4,51%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29A, Caput, da Constituição Federal de 1988.

3 - Assunto de Fiscalização: ANALISE OCP

3.1 - ANALISE OCP

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Data da Geração: 06/04/2018
Hora da Geração: 22:05:01